



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça Redação e Legislação Participativa

Veto nº 26/2025

Mensagem nº 140/2025 do Poder Executivo Municipal.

PARECER

VETO N. 26/2025. PROJETO DE LEI N. 256/2025. DENOMINA DE RIVANILDO JOSÉ DA COSTA OSÓRIO - RIVANILDO JOSÉ, O PARQUE LINEAR VALENTINA II, AINDA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL, SITUADO NA RUA DR. VALDEVINO GREGÓRIO DE ANDRADE, NESTA CAPITAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

INCONSTITUCIONALIDADE SUSCITADA PELO EXECUTIVO. VETO TOTAL. VICIO FORMAL CONSIDERÁVEL DO PROJETO DE LEI. FALHA NA INSTRUMENTALIZAÇÃO.

INOBSERVÂNCIA AOS REQUISITOS DA LEI MUNICIPAL N. 12.302/2012, ALTERADA PELA LEI N. 12.626/2013. MANUTENÇÃO DO VETO.

I- RELATÓRIO.

Trata-se de veto total aposto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ao Projeto de Lei Ordinária nº 256/2025, de autoria do Vereador Mikika Leitão, que denomina de Rivanildo José da Costa Osório - Rivanildo José, o Parque Linear Valentina II, ainda sem denominação oficial, situado na Rua Dr. Valdevino Gregório de Andrade, conhecida como Perimetral Sul, nesta capital.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça Redação e Legislação Participativa

A Mensagem nº 140/2025 comunica o veto total, sob a alegação de que haveria vício formal, no tocante ao não cumprimento das exigências da Lei n. 12.302/2012, alterada pela Lei n. 12.626/2013, em especial, na instrumentalização da propositura com o respectivo *curriculum vitae*, como determina o art. 2º, IV, §3º da mencionada Lei municipal.

Nesse trilhar, registra o Poder Executivo que não houve a juntada – que deveria ser obrigatória – do referido documento. Logo, haveria um vício formal importantíssimo que impede a sanção.

Em apertada síntese, eis os fundamentos do veto.

É o relatório. Passamos opinar.

II- FUNDAMENTAÇÃO.

O veto apresentado pelo Executivo fundamenta-se em suposto vício formal importante por violação aos termos da Lei Municipal n. 12.302/2012, alterada pela Lei n. 12.626/2013, ou seja, a não instrumentalização da propositura com documento obrigatório.

Cotejando o teor da mencionada Lei municipal tem-se que:

“(…)

Art. 2º *Para os fins de aplicação desta Lei, somente deverão ser escolhidos para denominar os próprios públicos nomes que representem:*

I - homenagem às civilizações antigas que tenham deixado marca de relevo na história da humanidade;



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça Redação e Legislação Participativa

*II - homenagem às civilizações indígenas
nativas da Paraíba;*

*III - datas de eventos históricos nacionais;
e*

*IV - homenagem a personalidades de
importância histórica e de destaque
intelectual, científico, esportivo,
empresarial e/ou sindical.*

*§ 1º Nas homenagens referidas no inciso
III, deste artigo, deverão ser observados
os registros estaduais e próprios da
capital.*

*§ 2º É obrigatório, na nomeação de um
próprio público, que o nome escolhido
tenha relação direta com o fim a que se
destina o bem a ser nominado.*

*§ 3º **As proposituras de nomes de
pessoas deverão vir acompanhadas do
respectivo Curriculum Vitae.** Os demais
nomes, tais como datas, fatos históricos
ou acontecimentos ensejará a necessidade
da apresentação de um histórico
justificando a indicação. (...)”.*

e

De fato, existe um imperativo legal que, por mero lapso, não foi observado na gênese do processo legislativo, originando falha formal relevante para efeito de sanção.

Registro, por oportuno, que observando o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL -, notadamente, sobre o PLO n. 256/2025, consta-se que somente fora instrumentalizado com a Certidão de óbito do homenageado. Portanto, sem a existência do respectivo *Curriculum Vitae* que é obrigatório.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça Redação e Legislação Participativa

A falha existe e, lamentavelmente, neste momento, não pode ser sanada, sob pena de maltrato ao processo legislativo.

Destarte, independentemente do mérito em si, por óbvio, sem negar qualquer importância ao homenageado, o fato é que repousa irregularidade formal importante que macula o processo legislativo e, por conseguinte, impede a sanção pelo Poder Executivo.

Registra-se, ainda, que se trata de competência comum de todos os entes federativos zelar pela guarda da Constituição, das leis, e das instituições democráticas, visando sempre à proteção do bem comum.

Destarte, entende-se que o veto total oposto pelo Poder Executivo se sustenta sob o ponto de vista constitucional, jurídico ou social, razão pela qual **opina pela sua manutenção**.

III- CONCLUSÃO.

Ante o exposto, opino no sentido da **MANUTENÇÃO TOTAL DO VETO** n. 26/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 256/2025, pelos argumentos acima elencados.

Salvo melhor juízo.

É o parecer.

João Pessoa – PB, em 14.11.2025.

Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano
Comissão de Constituição, Justiça Redação e Legislação Participativa

Vereador – Relator

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina pela **MANUTENÇÃO TOTAL DO VETO** sob n. 26/2025 ao Projeto de Lei Ordinária nº 256/2025, e conclui pela emissão de **PARECER FAVORÁVEL** à sua manutenção.

Salvo melhor juízo.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano
Comissão de Constituição, Justiça Redação e Legislação Participativa

É o parecer.

João Pessoa - PB, 14.11.2025.

Damásio Franca Neto
Vereador Presidente

Valdir Trindade
Vereador Vice-Presidente

Marcos Vinicius
Vereador Membro

Carlão Pelo Bem
Vereador Membro

Milanez Neto
Vereador -Relator

Durval Ferreira
Vereador Membro

Odon Bezerra
Vereador Membro